

CIÊNCIA SOCIAL PÚBLICA E PODER NO BRASIL: UM ENSAIO TEÓRICO-PRÁTICO

PUBLIC SOCIAL SCIENCE AND POWER IN BRAZIL: A THEORETICAL-PRACTICAL ESSAY

André Luís Pereira Guimarães¹

RESUMO

O conceito de ciência social pública remete à ideia de implicação crítica do intelectual desde o processo da pesquisa até as possíveis repercussões sociais e políticas do seu trabalho após a publicação, com o enfrentamento de debates abertos a diferentes públicos. À luz de bases teóricas, conceituais e analíticas que versam o fazer intelectual, as relações de poder, a colonialidade dos saberes, as identidades e as peculiaridades da modernidade tardia, este ensaio propõe uma discussão teórico-prática acerca do exercício da intelectualidade no âmbito da ciência social pública brasileira. São levantadas controvérsias possíveis de serem performadas na atuação do intelectual das ciências sociais e humanas. A interpretação dessas controvérsias aponta para a importância da superação de velhas e novas práticas acadêmico-intelectuais com atenção à ética no exercício do poder ideológico, às questões de identidade e às lógicas capilares do capitalismo e das relações modernotardias, de modo a preservar e ampliar a fertilidade das ciências sociais e humanas, também em sua irrevogável dimensão pública.

PALAVRAS-CHAVE: Intelectualidade Pública. Ideologia. Política Identitária. Colonialidade. Modernidade Tardia.

ABSTRACT

The concept of public social science refers to the idea of critical involvement of the intellectual from the research process to the possible social and political repercussions of his work after publication, with the confrontation of debates open to different audiences. In the light of theoretical, conceptual and analytical bases that deal with intellectual doing, power relations, the coloniality of knowledge, the identities and peculiarities of late modernity, this essay proposes a theoretical-practical discussion about the exercise of

¹ Doutorando em Saúde Pública e Mestre em Saúde Comunitária pelo Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, da Universidade Federal da Bahia – UFBA. Cientista Social e Psicólogo. E-mail: psiaguimaraes@gmail.com

intellectuality in the context of Brazilian public social science. Controversies are been raised that could be performed in the work of the intellectual of the social and human sciences. The interpretation of these controversies points to the importance of overcoming old and new academic-intellectual practices with attention to ethics in the exercise of ideological power, questions of identity and the capillary logics of capitalism and modern-late relations, in order to preserve and expand the fertility of the social and human sciences, also in their irrevocable public dimension.

KEYWORDS: Public Intellectuality. Ideology. Identity Policy. Coloniality. Late Modernity.

INTRODUÇÃO

A ideia de ‘ciência social pública’ ganha um sentido renovado a partir da ampliação da noção mais precisa de ‘antropologia pública’ desenvolvida pelo pesquisador etnógrafo Didier Fassin, no caminho de propor e efetivar uma nova ética de produção do conhecimento antropológico, que pode ser estendida a todas as ciências sociais e humanas. Para Fassin (2013), os resultados de um trabalho etnográfico, realizado à luz do pensamento crítico, devem ser levados para públicos diversos além dos círculos acadêmicos, de modo que possam ser apreendidos, apropriados, debatidos, contestados e utilizados com vistas ao progresso das ciências e das dinâmicas sociais. Nesse caminho, Fassin (2013; 2015) sugere uma ciência social com ênfase no enfrentamento de debates abertos e acessíveis a todos, de modo a implicar criticamente o autor desde o processo da pesquisa até as possíveis repercussões sociais e políticas do seu trabalho após a publicação. Com essa proposta de encontro entre o cientista social e diferentes públicos a partir do seu trabalho, presume-se que haja circulação de conhecimentos, reflexão e ação capazes de contribuir para transformações nos modos de atuar e produzir sentidos acerca do mundo (FASSIN, 2013).

O mundo atual encontra-se marcado, entre outros aspectos, por orientações globalizantes advindas dos mercados econômicos mundiais, pela velocidade da

informação, pela reflexividade², pela individualização das relações e pela destradicionalização de instituições diversas, conforme apontam Guiddens e colaboradores (1997), caracterizando o que chamam modernidade tardia³. Ainda nesse tempo histórico, o fenômeno das lutas identitárias que emergiu a partir da década de 1960 ganha um corpo mais fortalecido. Um amplo movimento reflexivo entre grupos minoritários e acadêmicos das periferias globais produziu a contundente denúncia de uma colonialidade⁴ eurocêntrica, patriarcal, racalista, heterossexista e concentradora de riqueza e poder (QUIJANO, 2005; GROSGOUEL; MIGNOLO, 2008).

A partir dessa denúncia se adensam movimentos decoloniais que passam a proporcionar mudanças significativas na produção do conhecimento nas ciências sociais e humanas, com influência sobre outras áreas (BALLESTRIN, 2013; GROSGOUEL; MIGNOLO, 2008). Lutas por redistribuição e reconhecimento ligadas a marcadores sociais da diferença, como etnia-raça, gênero, sexualidade etc., movem a emergência de diferenças epistemológicas em várias partes do mundo, com novos atores ocupando espaços acadêmicos e demarcando territorialidades do saber (BALLESTRIN, 2013; FRASER, 2006; RESTREPO; ROJAS, 2010).

No circuito dessas transformações, dá-se início ao que se pode interpretar como um processo de destradicionalização da academia enquanto instituição, aos moldes do enunciado por Guiddens e colaboradores (1997) como característico da modernidade

² Entende-se por reflexividade o processo em que atores sociais, à luz de novas percepções e informações, examinam práticas instituídas, produzindo a constante necessidade de escolha entre modos de atuar e se posicionar socialmente diante de práticas e saberes diversos, potencializando reformulações (GIDDENS et al, 1997).

³ Giddens *et al* (1997) consideram três estágios de desenvolvimento como marcadores dos períodos históricos da Idade Moderna: a **pré-modernidade**, caracterizada pela transição entre o feudalismo europeu e a sociedade industrial; a **modernidade clássica**, caracterizada pela expansão da sociedade industrial e a distribuição de bens, tendo como paradigma o Estado de bem-estar social; e a **modernidade tardia**, contemporânea, caracterizada, entre outros aspectos, pela gestão dos riscos globais produzidos pela sociedade industrial (GIDDENS *et al*, 1997).

⁴ A **colonialidade** é entendida como um complexo fenômeno referente a práticas de exercício de poder fundadas em hierarquizações populacionais, territoriais, étnico-raciais, culturais e epistêmicas, que produzem e mantêm relações de dominação; assim, a **decolonialidade** seria um movimento que busca transcender a colonialidade pela crítica e subversão do atual padrão de poder colonial/moderno hegemônico (RESTREPO; ROJAS, 2010).

tardia. Juntamente com os novos atores intelectualmente engajados dentro e fora da academia surgem outros modos de atuar, produzindo socialidades e materialidades inusitadas no âmbito acadêmico e na produção e circulação do conhecimento no campo das ciências sociais e humanas (RESTREPO; ROJAS, 2010). Entre outros elementos, ferramentas de mídia social digital são adotadas como instrumentos de divulgação de saberes científicos que passam a se confrontar e, por vezes, se diluir com saberes do senso comum, da arte, da fé religiosa etc (RESTREPO; ROJAS, 2010). Conquanto, o princípio de enfrentamento de debates abertos e acessíveis, preconizado com o conceito de ciência social pública, posto em prática de modo mais ou menos formal, não ocorre sem relações, tensões, disputas, concentrações e circulação de poder (FASSIN, 2013).

Em face dessa problemática, o presente ensaio pretende discutir a ideia de ciência social pública, levantando questões de interesse em termos de controvérsias possíveis de serem performadas nas práticas da intelectualidade acadêmica contemporânea acerca das ciências sociais e humanas no Brasil. Nesse intento, as apreciações serão feitas à luz de bases teóricas, conceituais e analíticas que versam o fazer intelectual, as relações de poder, as identidades e as peculiaridades das relações contemporâneas. Destarte, este artigo ensaístico se justifica pela importância de sondar problemas possíveis de transitar nas práticas do campo contemporâneo das ciências sociais e humanas brasileiras e discutí-los de modo crítico e dialético, tangenciando aspectos metacientíficos, com o potencial de recobrar ou fazer vislumbrar outros modos de atuação intelectual ética, com vistas à fertilidade.

IDEOLOGIA, PODER E ÉTICA NA INTELLECTUALIDADE PÚBLICA

Bobbio (1995) apresenta o conceito de ideologia, no sentido positivo, como um “conjunto de ideias e de valores respeitantes à ordem pública e tendo como função orientar os comportamentos políticos coletivos [...]; um conceito neutro, que prescinde do caráter eventual e mistificante das crenças políticas” (BOBBIO, 1995, p. 585). Para Bobbio (1997), o exercício do poder ideológico é característico do intelectual e representa

Ciência social pública e poder no Brasil: um ensaio teórico-prático – André Luís Pereira Guimarães – p. 146-179

uma força mais moral e menos política. Ou seja, exercido junto ao poder político e ao poder econômico, o poder ideológico age sobre as mentes, com a produção e disseminação de ideias, símbolos, percepções de mundo e conhecimentos práticos, mediante o uso da linguagem (BOBBIO, 1997).

Quando Bobbio (1997) trata de intelectualidade e poder, define dois tipos de intelectual: o ideólogo, que fornece princípios-guia – valores ou ideias que devem fundamentar a ação política; e o experto, que fornece conhecimentos-meio – conhecimentos técnicos para alcançar fins em terrenos singulares do saber. Considerando a cultura como a esfera onde se constituem as ideologias e se produzem conhecimentos, Bobbio (1997) enuncia uma autonomia relativa e uma interdependência entre os campos da cultura e da política. Para o autor, a relação entre cultura e política é apenas um aspecto de uma relação mais ampla e complexa entre a teoria e a práxis, entre o mundo das ideias e o mundo das ações. Bobbio (1997) refuta a ideia de reduzir a cultura ou qualquer das esferas da vida humana à política e denuncia essa tendência como sendo “a quintessência do totalitarismo”.

Não se trata de rejeitar a política (é aquilo que chamei de não-indiferença), mas se trata de não exaltá-la a ponto de cantar: ‘Certa ou errada é sempre a minha pátria’ ou, o que dá no mesmo, ‘Certo ou errado é sempre o meu partido’ (ou, pior ainda, a minha seita). Não vejo nenhuma diferença entre dizer ‘Tudo no Estado, nada fora do Estado, nada contra o Estado’ e dizer ‘Tudo no partido, nada fora do partido, nada contra o partido’ (BOBBIO, 1997, p. 80).

Já Foucault (1996), tratando do mesmo tema em diálogo com Gilles Deleuze, não admite a separação entre ideia e ação, entre teoria e prática na atuação do intelectual, nem reconhece o mais intelectual como aquele que representa uma orientação da ação política, senão como aquele que age e deve agir com, a partir e através da teoria, afirmando uma ideologia e tomando partido no enfrentamento de poderes hegemônicos:

G.D.: Para nós, o intelectual teórico deixou de ser um sujeito, uma consciência representante ou representativa. [...] Nós somos todos

Ciência social pública e poder no Brasil: um ensaio teórico-prático – André Luís Pereira Guimarães – p. 146-179

pequenos grupos. Não existe mais representação, só existe ação: ação de teoria, ação de prática em relações de revezamento ou em rede. [...] M.F.: Ora, o que os intelectuais descobriram recentemente é que as massas não necessitam deles para saber; elas sabem perfeitamente, claramente, muito melhor do que eles; e elas o dizem muito bem. Mas existe um sistema de poder que barra, proíbe, invalida esse discurso e esse saber. Poder que não se encontra somente nas instâncias superiores da censura, mas que penetra muito profundamente, muito sutilmente em toda a trama da sociedade. Os próprios intelectuais fazem parte desse sistema de poder, a ideia de que eles são agentes da “consciência” e do discurso também faz parte desse sistema. O papel do intelectual não é mais o de se colocar “um pouco na frente ou um pouco de lado” para dizer a muda verdade de todos; é antes o de lutar contra as formas de poder exatamente onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento: na ordem do saber, da “verdade”, da “consciência”, do discurso (FOUCAULT, 1996, p. 46).

Foucault atuou de modo crítico e ético-político em diversos estudos sobre temas como os sistemas de saúde, os sistemas judicial e prisional, passando por questões de gênero e sexualidade, de modo a servir de referência para diversos outros intelectuais engajados do norte ao sul global. Ao descrever casos de implicação política a partir da publicação de seus estudos etnográficos realizados com ênfase em uma crítica engajada, Fassin (2015) relata repercussões positivas e negativas da pós-vida pública do seu trabalho como antropólogo, seja para si, para os públicos ou para as relações político-sociais.

Dentre as possíveis repercussões para o intelectual, sempre considerando relações de poder, está a crítica positiva ou negativa que pode gerar para si o prestígio ou o desprestígio acadêmico e/ou social – sobre esse aspecto, Fassin (2015) cita as repercussões do seu trabalho sobre a política e as práticas de cuidado acerca do HIV/AIDS na África do Sul, que geraram desde uma crítica feroz, incluindo acusações de “racismo sutil”, até um reconhecimento tardio da importância de seu estudo. Dentre as possíveis repercussões para os públicos está a identificação ou não de grupos específicos com o trabalho, que podem gerar implicações sobre a direção e a magnitude de lutas sociais – sobre isso, Fassin (2015) refere as consequências do seu estudo sobre as condições carcerárias em um presídio francês, que forneceu dados sobre a super-representação de homens negros e árabes na prisão, amplificando o discurso e a ação de luta em defesa

Ciência social pública e poder no Brasil: um ensaio teórico-prático – André Luís Pereira Guimarães – p. 146-179

dessas minorias étnico-raciais. Dentre as possíveis repercussões para as relações político-sociais está a emergência ou não de temas de interesse público, que podem gerar implicações em debates e na produção de políticas públicas – sobre esse ponto, Fassin (2015) cita os efeitos do seu estudo acerca de um distrito policial e um esquadrão anticrime operando no subúrbio de Paris entre 2005 e 2007, que suscitou um forte debate sobre violência policial nas periferias e alterou a agenda política da França em período de eleições presidenciais.

Fassin (2015) define pelo menos três operações intelectuais distintas a serem consideradas diante das possibilidades de divulgação de um estudo em ciências sociais e humanas: I) Tradução – transformação do formato acadêmico em formas adaptadas a diferentes públicos e mídias (entrevistas, palestras, análises de terceiros etc.); II) Discussão – Trocas diversas geradas pela publicação com respostas e reações do autor (elucidações, defesas, reformulações etc.); III) Expansão – abertura de novas perspectivas teóricas, metodológicas, epistemológicas, político-sociais etc. Essas operações não são mutuamente excludentes e juntas contribuem para a fecundidade intelectual no pós-vida pública da pesquisa (FASSIN, 2015).

Os relatos, descrições e conceituações teóricas de Fassin (2015) sobre a sua antropologia pública expressam relações teórico-práticas da intelectualidade acadêmica com o poder, com aproximações análogas às concebidas no diálogo entre Foucault e Deleuze:

Luta contra o poder, luta para fazê-lo aparecer e feri-lo onde ele é mais invisível e mais insidioso. Luta não para uma “tomada de consciência” (há muito tempo que a consciência como saber está adquirida pelas massas e que a consciência como sujeito está adquirida, está ocupada pela burguesia), mas para a destruição progressiva e a tomada do poder ao lado de todos aqueles que lutam por ela, e não na retaguarda, para esclarecê-los (FOUCAULT, 1996, p. 48).

A força dessa luta contra poderes hegemônicos que emerge da teoria-prática do intelectual com a pós-vida pública do seu trabalho pode eclodir de modo circular, fazendo

aparecer e ferir o próprio poder que exerce ou pretende exercer o intelectual engajado. Fassin (2015) demonstra o revés dessa força quando descreve as repercussões negativas do seu estudo sobre uma questão de interesse localizada na África do Sul. Logo, entra nesse caso a discussão das territorialidades do saber, com suas hegemonias e contrahegemonias. Ou seja, quando um pesquisador europeu vai à África do Sul, território historicamente ferido pela colonialidade e com movimentos de resistência decolonial, para imprimir sua percepção de mundo estrangeira sobre uma política e prática de cuidado local, é legítimo e importante que haja contranarrativas.

Sobre essa situação, vale trazer ao debate o intelectual da geografia humana brasileira, Milton Santos, que teve sua formação marcada pela persistente preocupação com as desigualdades regionais e étnico-raciais, bem como com o exercício crítico e as controvérsias da intelectualidade pública, o que também o conduziu a uma constante avaliação crítica das próprias ideias (GRIMM, 2011). Ressaltando a importância das possibilidades emergentes nas relações de saber-poder-fazer contemporâneas, de novas elaborações locais e de desapego de heranças ou imposições epistemológicas europeias e norte-americanas, Santos (1997a) diz:

São hoje possíveis outras visões de mundo, a partir de qualquer lugar, e creio que é essa a grande lição da era da globalização, em que não apenas uma cultura é capaz de ensinar; todas são igualmente capazes desse magistério. [...] Hoje, conhecer o mundo só é possível se em cada continente, em cada cultura, exercermos esse trabalho de conhecimento do mundo e nos reunirmos depois para cotejar os achados e produzir a síntese (SANTOS, 1997a, p. 20).

Retomando, então, o caso de Fassin (2015) com o seu polêmico trabalho na África do Sul, é possível levantar a primeira controvérsia acerca do exercício da intelectualidade pública nas ciências sociais e humanas, tocante às respostas que sempre o intelectual deverá aos seus públicos. De um lado, vê-se despontar a oportunidade da reflexão e do debate frente a frente sobre o conteúdo e a ação política do seu trabalho, de modo a manter a análise crítica, com disposição para revisões, avaliando as aberturas e resistências

Ciência social pública e poder no Brasil: um ensaio teórico-prático – André Luís Pereira Guimarães – p. 146-179

necessárias, de modo responsável e ético. Do outro lado, emerge a possibilidade de esquiva do debate, com atuação análoga à do político ordinário, que se reduz à defesa a qualquer custo de interesses particularizados, seja pelo silenciamento do outro, ou pelo próprio silêncio, ou por uma efêmera alegação atenuante, ou pela retórica arrogante e enrijecida, própria dos que se supõem os ‘donos da verdade’.

Neste ponto, vale voltar a Bobbio (1997), quando o autor questiona a validade do problema comumente colocado sobre o engajamento dos intelectuais, evocando princípios inerentes à democracia, em contraponto a uma atitude autocrática:

Engajar-se quer dizer pura e simplesmente tomar partido. Mas todos os partidos são igualmente bons? (p. 99) [...] importa não que o homem de cultura se engaje ou não se engaje, mas por que coisa ele se engaja ou não se engaja e de que modo ele se engaja, assumindo todas as responsabilidades da sua escolha e das consequências que dela derivam (p. 100); [...] devemos nos preocupar com as consequências das nossas ações porque devemos responder a alguém. [...] nesse sentido, falar de responsabilidade dos intelectuais significa que também eles, como todos os demais, devem responder a alguém (BOBBIO, 1997, p. 103).

Quando diz de uma dimensão política da cultura, Bobbio (1997) se refere a uma política diversa da exercida nos campos políticos formais. A atuação política própria do intelectual se conecta com uma concepção ampla de política, fortemente ligada à responsabilidade ética, como atividade voltada ao progresso das relações humanas (BOBBIO, 1997). “Se existisse apenas a política dos políticos não haveria lugar para os grandes debates de ideias, para o momento da utopia [...] que, todavia, contribui para mudar o mundo” (BOBBIO, 1997, p. 105).

Cabe ressaltar em contribuição a essa discussão o entendimento foucaultiano de que o poder na modernidade se distribui por disciplina, com hierarquias, enquadramentos, condicionamentos, inspeções, adestramentos, formas de exercício, para além dos aparelhos do Estado (FOUCAULT, 1996). A responsabilidade, como dimensão ética, enunciada por Bobbio (1997) poderia facilmente confundir-se com o ‘olho do poder’ que cada um, “sentindo-o pesar sobre si, acabará por interiorizar, a ponto de observar a si

mesmo; sendo assim, cada um exercerá esta vigilância sobre e contra si mesmo” (FOUCAULT, 1996, p. 218), porque sempre terá que responder a alguém. Todavia, avançando para a noção de governamentalidade⁵, é possível romper com a visualização de oposições dicotomizadas e maniqueístas nessa questão, de modo a compreender o poder como uma força invisível que circula e se constitui a partir de interações que são múltiplas em termos de instituições, discursos, ideias, actantes humanos e não humanos, com possibilidades de rupturas, momentos de instabilidade e estabilidade, avanços e recuos (FOUCAULT, 1996; LATOUR, 2012).

Na introdução do livro *Microfísica do Poder* (FOUCAULT, 1996), Roberto Machado enuncia que a noção foucaultiana de governamentalidade possibilitou tratar num mesmo plano de imanência a genealogia da racionalidade política estatal moderna e a constituição ética do indivíduo, a “macropolítica” e a “micropolítica”, o “governo dos outros” e o “governo de si mesmo” (MACHADO, 1996). No que se refere à análise da governamentalidade neoliberal, Foucault (1996) expõe que o mercado competitivo passou a ser a nova referência não somente da economia, mas de todas as demais instâncias sociais, e, além delas, da própria existência individual consolidando uma “nova ética”, ou um conjunto de novas práticas de base ideológica, a partir da década de 1980 (MACHADO, 1996).

Com as questões discutidas até aqui, o fechamento deste tópico dá ensejo à discussão de mais um subtema a suscitar outras controvérsias para a teoria-prática do poder do intelectual nas ciências sociais e humanas, conforme segue a discussão.

⁵ Entende-se por governamentalidade o conjunto de instituições, procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem o exercício de uma forma específica e complexa de poder que tem por alvo principal o coletivo. Trata-se ainda de uma tendência, uma linha de força que conduz à preeminência “desse tipo de poder que podemos chamar de ‘governo’ sobre todos os outros: soberania, disciplina, e que, por uma parte, levou ao desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e, de outra parte], ao desenvolvimento de toda uma série de saberes (FOUCAULT, 2004a, p. 111-112 apud CANDIOTTO, 2010, p. 39).

A SOMBRA DO ‘POLITICAMENTE CORRETO’ E A PRODUÇÃO ACADÊMICO-INTELLECTUAL

A expressão ‘politicamente correto’ surgiu no campo do direito, nos EUA do séc. XVIII, tendo o seu uso disperso até o final da década de 1980, quando passou a ser associado a disputas políticas acerca da revisão de signos linguísticos atuantes na produção de sentidos depreciativos ou ofensivos em referência a grupos minoritários de etnia-raça, gênero, sexualidade, dentre outros marcadores da diferença fenotípica (HUGHES, 2010). Com o tempo, as revisões associadas à ideia do politicamente correto se estenderam para outras práticas humanas além da linguagem e para as políticas públicas voltadas às minorias, multiplicando conflitos ideológicos entre progressistas e conservadores em torno de temas como equidade, redistribuição, liberdade etc. (FRASER, 2006; HUGHES, 2010; WEIGEL; CONNERS, 2018).

A ampliação dos direitos civis de grupos minoritários, entre as décadas de 1980 e 1990, nos EUA e em outros países, resultou de amplas disputas sociais e engajamentos intelectuais, consolidando lutas por redistribuição no espectro político-identitário e processos decoloniais que se expandiram com efeitos importantes na América Latina e Caribe (FRASER, 2006; RESTREPO; ROJAS, 2010). De modo não linear, mas com proximidades temporais, em torno da década de 1990, esse movimento notavelmente alinhado ao engajamento ético-político de pesquisadores das ciências sociais e humanas coincide com a constituição de um conjunto de práticas do ideal neoliberal nas sociedades ocidentais (RESTREPO; ROJAS, 2010; FOUCAULT, 2006). Assim, os resultados das disputas em torno do politicamente correto, a ampliação dos direitos de grupos minoritários e ideias neoliberais como o individualismo e a meritocracia⁶ passaram a se

⁶ Associada à individualização das relações na modernidade tardia, a ideia de **meritocracia neoliberal** se refere a um conjunto de ações e iniciativas pessoais capazes de credenciar um indivíduo, em competição e igualdade de condições, para a ocupação de espaços sociais privilegiados, por critério de merecimento (ALLEN, 2012).

entrecruzar nas práticas cotidianas do tempo-espaço da modernidade tardia (FOUCAULT, 2006; GUIDDENS et al, 1997; YOSHINO, 2006).

Yoshino (2006) aponta que acordos tácitos de convivência passaram a ser estabelecidos entre grupos sociais historicamente desiguais, balizados pela ampliação dos direitos civis das minorias e pela controversa ideia de meritocracia individual, caracterizando o que o autor chama de *covering*, que em tradução literal pode ser entendido como acobertamento. A inclusão de pessoas de identidades minoritárias em espaços anteriormente negados vem acompanhada da (re)produção de escalas de valor, com o enquadramento de indivíduos em alguns padrões de discrição ou disfarce de sinais expressivos da diferença identitária⁷ (YOSHINO, 2006). Em troca desse enquadramento das minorias em determinados padrões, que ganha sentidos socialmente compartilhados e associados à meritocracia individual, ocorre também o acobertamento ou evitação da expressão pública de estereótipos, rótulos, preconceitos e/ou discriminações pelos grupos dominantes, na linha do politicamente correto (YOSHINO, 2006).

Os acordos dessa nova “ética” neoliberal podem ser traduzidos como relações de poder, conforme enunciadas por Bourdieu (2006; 2009), voltadas à manutenção de identidades e de superioridades de uns sobre outros. Ou seja, com o ideal do politicamente correto se estabelece um novo *habitus*, isto é, uma nova disposição incorporada nos atores sociais humanos; um novo senso prático de como se comportar em situações específicas (BOURDIEU, 2006; 2009). Ainda de acordo com a concepção bourdieusiana, essa “ética”, que pode ser entendida como um *habitus* potencialmente global, não poderia deixar de adentrar a academia e os campos de saber como as ciências sociais e humanas, posto que, para Bourdieu (2009), a dominação só é possível por uma intersecção entre o *habitus* e o campo. A dominação possui uma dimensão simbólica, fazendo-se entender como efeito indireto de ações complexas dos dominantes que, em uma lógica de campo, sujeita cada ator ou grupo de atores à dominação desse campo e de todos os demais atores ou grupos (BOURDIEU, 2006; 2009).

⁷ Por certo, abordagens do cotidiano observariam controvérsias e crescentes movimentos de ruptura dessa lógica até os dias atuais.

Levantar a tese de que esse conjunto de práticas socialmente legitimadas do ideal neoliberal passou a compor também o *habitus* da academia e da intelectualidade nas ciências sociais e humanas, articulando a atitude politicamente correta, a individualização das relações e princípios meritocráticos, faz suscitar diversas implicações. Nesse sentido, é preciso sublinhar com força que, ao incorporarem um *habitus*, os dominados tendem a atuar nos jogos de poder no mesmo nível de disputa e com o mesmo *modus operandi* daqueles inicialmente estabelecidos enquanto dominantes (BOURDIEU, 2006; 2009). Dessa maneira, a “condição” (propriedades inerentes) e a “posição” (propriedades relacionais) de cada ator ou grupo de atores no espaço social, dependerá do volume e da composição do “capital” que tais atores possuem – nesse caso específico, na relação com práticas associadas ao ideário neoliberal (BOURDIEU, 2006; 2009).

Para alguns críticos como o sociólogo brasileiro José de Souza Martins, a presença do politicamente correto no âmbito da academia brasileira associada à produção de conhecimento nas ciências sociais e humanas seguiu a tendência, em seu entendimento, anticientífica, de promover estudos com ênfase e em defesa das minorias político-identitárias a partir de engajamentos intelectuais (MARTINS, 2019). Mas, essa tendência de expansão das pesquisas com foco nas minorias, associada por Martins (2019) a uma suposta “ideologização da produção do conhecimento”, por si só, representaria mesmo um problema? Ou seria uma importante necessidade e um acontecimento inevitável diante de um conjunto de transformações históricas, políticas, culturais, ideológicas e científicas que caracterizaram a modernidade tardia?

Parece pouco provável que a questão apontada por Martins (2019) encontre materialidade, primeiramente porque, assumam-se ou não, enquanto prática social, qualquer produção científica, em qualquer área de conhecimento, é atravessada por ideologia(s) e historicidade (BOBBIO, 1997; FOUCAULT, 2006). Depois, porque, como demonstram Foucault (2006) e Fassin (2013; 2015), no decurso do seu desenvolvimento, as ciências sociais e humanas não puderam evitar a abertura reflexiva frente às novas dinâmicas sociais modernotardias. Por isso mesmo, no Brasil e em outros territórios, diversos atores da intelectualidade acadêmico-científica se lançaram, senão foram

Ciência social pública e poder no Brasil: um ensaio teórico-prático – André Luís Pereira Guimarães – p. 146-179

lançados, a um movimento decolonial com vistas ao reconhecimento e/ou à produção de epistemologias locais (BALLESTRIN, 2013; FOUCAULT, 2006; QUIJANO, 2005).

Ainda que venha passando por crises e transformações, o *habitus* ou as práticas da intelectualidade acadêmica brasileira tem mantido ao longo de décadas alguns dispositivos e lógicas de funcionamento ainda pouco discutidas publicamente em sua complexidade e historicidade, provavelmente por conta de sua velha dimensão corporativista (BATARCE, 2019; LOBO, 2016; LUGLI, 2014). Um desses dispositivos, encerrado na lógica dos departamentos (ou mesmo das áreas de conhecimento), das disciplinas e das linhas de pesquisa, é a formação de grupos fechados e resistentes a debates abertos e plurais, sobre a qual, ainda no final da década de 1990, Milton Santos, pontuou:

Impermeabilidade é o que a vida intelectual brasileira tem hoje. O presidente, [à época, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso], sugere que, desde o tempo em que ele era estudante, haviam grupos fechados [na universidade]. Ele próprio depois cria o seu grupo fechado. E essa é uma característica da intelectualidade brasileira e que é também um elemento de mediocrização, que haveria de romper rapidamente, se a gente quer rapidamente encontrar as interpretações (SANTOS, 1997b).

Esses grupos fechados e impermeáveis apontados por Santos (1997b) tendem a ganhar novos contornos e divisões com o componente mais atual levantado aqui como questão: a presença do politicamente correto (ou de sua sombra) e de lógicas neoliberais no âmbito das ciências sociais e humanas, fragmentando ainda mais o corpo acadêmico a partir de questões identitárias e impondo novos obstáculos ao debate público de ideias entre atores intelectuais.

Como parte de um *habitus* que inclui, entre outros aspectos, a individualização das relações e a competição meritocrática, o politicamente correto exala em seu espectro presente na academia o potencial de impedir debates entre grupos distintos, por uma gama de acordos tácitos que inclui não provocar incômodos abertamente. Desse modo, a sombra do politicamente correto tende a enfraquecer a efervescência na produção de

Ciência social pública e poder no Brasil: um ensaio teórico-prático – André Luís Pereira Guimarães – p. 146-179

conhecimentos das ciências sociais e humanas e a engessar saberes como dogmas, posto que métodos, conceitos e teorias ficam protegidos dos legítimos confrontos e questionamentos públicos. Assim sendo, tornam-se comprometidos os movimentos de apreensão, apropriação e tensão intelectual em redes compostas por atores de diversos grupos, a explorar disputas de entendimento importantes para formular e reformular saberes e práticas (FOUCAULT, 2006; FASSIN, 2013).

Nessa conjectura é possível espreitar um panorama difuso de concentrações de poder acadêmico entre grupos autônomos, fortalecidos em diferentes nichos de conhecimento e, com efeito isolados e em disputa hierárquica, ainda que possam fazer uso retórico dos conceitos de pluralidade, interdisciplinaridade ou transdisciplinaridade. Por conseguinte, a cena que se desenha nesta discussão pode ainda ser apreciada a partir da ótica bourdieusiana, de modo a fazer perceber a lógica dos poderes simbólicos se organizando no *habitus*, como capitais de educação formalizada e de cultura. De acordo com o que pressupõe Bourdieu (2009), as pessoas postas nos campos em disputas por interesses comuns particularizados tornam-se dispostas a aderir o quanto possível ao *habitus* estabelecido. Ou seja, de modo controverso, ao tempo que o *habitus* do campo parece exercer uma violência simbólica sobre os atores, ele também é aceito e compartilhado, de modo que todos corroboram à sua manutenção. Nessa conformidade, a sombra do politicamente correto também tende a fomentar a blindagem dos diferentes grupos acadêmicos a partir de estratégias como a interdição de termos, a privatização de debates específicos e a recusa à contestação vinda de membros de grupos considerados “estrangeiros”.

Portanto, a controvérsia que emerge acerca dessa situação refere-se à manutenção ou superação de velhas e novas práticas acadêmicas alinhadas à sombra do politicamente correto e ao ideal neoliberal, que fragmenta a universidade com o fechamento de grupos, limitando a produção de conhecimento desde os círculos de pesquisa até as arenas públicas de exercício da intelectualidade. Essa adulteração de princípios do fazer intelectual, científico e acadêmico seria o fator mais embaraçoso e preocupante frente à inevitável crise intelectual contemporânea e à importante e consequente

Ciência social pública e poder no Brasil: um ensaio teórico-prático – André Luís Pereira Guimarães – p. 146-179

destraditionalização da academia enquanto instituição. Assim, as ciências sociais e humanas brasileiras podem se perder da potencialidade dos seus intelectuais e de sua irrevogável dimensão pública, com o perigo de fadar-se à produção de meros discursos conceituais e quimeras decoloniais que propendem à manutenção de arranjos sociais fragmentários e aos riscos de descrédito científico.

Posto isso, se as práticas acadêmico-intelectuais têm expressado lógicas políticas características das relações modernotardias, especialmente nas ciências sociais e humanas, o tópico seguinte deve aprofundar esta discussão adentrando às questões de identidade.

AS CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS NA ENCRUZILHADA IDENTITÁRIA

Ao longo da história, a filosofia e as ciências sociais e humanas têm trabalhado noções de identidade a partir de diferentes parâmetros e abordagens, de modo a atribuir diversos usos e sentidos ao termo e abordar múltiplos recortes dos processos humanos de identificação. Para o argumento deste ensaio, a noção primeira a ser tratada é a de **identidade existencial**, que se refere às múltiplas relações da pessoa com o mundo, fluidas em seu percurso de vida, formando e transformando constantemente o eu (*self*) com características humanas autoexpressivas, sejam comuns ou particulares (BOTH, 2000). A identidade existencial exprime os modos de ser e de estar da pessoa no mundo e com os outros nas relações cotidianas, com condições e elementos mediadores, sejam intersubjetivos, sociais, culturais, políticos, psicológicos etc., nas práticas e sentidos que performam o ser-devir individual e coletivo (HALL, 1992; HEIDEGGER, 2009).

Em suas interatuações cotidianas, o indivíduo percebe as materialidades do mundo a partir de estímulos sensoriais à audição, à visão, ao tato, ao olfato, ao paladar – ou mesmo por intuição, de modo a internalizar de diversas formas possíveis o universo extracorpóreo e intercorpóreo (RAHMEIER, 2007). Tais canais de comunicação sensorial complexificam as atuações dos seres humanos entre si, com outras espécies e com as coisas nos ambientes em que se inserem, produzindo influências mútuas em

Ciência social pública e poder no Brasil: um ensaio teórico-prático – André Luís Pereira Guimarães – p. 146-179

movimentos de internalização e externalização, com práticas e efeitos de caráter físico, espiritual, intelectual e afetivo (LATOURE, 2010; RAHMEIER, 2007). Trazer de início essa concepção mais abrangente de identidade implica o entendimento de que outras dimensões de identidade podem ser desdobradas a partir do recorte de relações com elementos ou condições mediadoras específicas, como segue-se a tratar de identidade política e, depois, de identidade intelectual.

A **identidade política** se refere a processos mais ou menos ativos de identificação do eu (*self*), implicando relações de poder com posicionamentos de contestação frente a adversários estabelecidos pela diferença, em disputas relativas a demandas, partidos, interesses ou causas coletivas (CURIEL, 2002; HALL, 2002). A produção das ciências sociais e humanas acerca da noção ou dimensão de identidade política, tem sido desenvolvida de modo bastante imbricado com as noções de “sujeito” em relação com o poder, a cultura e as ideologias modernas (ENNES; MARCON, 2014). De acordo com Hall (2002), na modernidade clássica, as ideologias eurocentradas produziam conflitos sociais baseados em processos de identificação referentes a um marcador da diferença mais amplo e estável, o de classe social, fundado nas desigualdades estabelecidas pelo modo de produção capitalista, na enunciação marxista, em termos de burguesia – classe detentora dos meios de produção; e proletariado – classe operária.

No entanto, as transformações históricas, políticas, culturais, científicas e ideológicas que alteraram expressivamente as socialidades na modernidade tardia fizeram aparecer atores moldados e remoldados constantemente nas relações, apontando para processos de identificação mais dinâmicos e fragmentários, ainda implicados substancialmente por relações de poder em interface com a cultura⁸ e as ideologias (ENNES; MARCON, 2014). Hall (2002) admite e nomeia de “crise do sujeito e das

⁸ É possível entender a cultura nessa ambiência, conforme define Thompson (1998, p. 17), como uma “arena de elementos conflitivos”, um cenário de controvérsias, ambivalências, contradições e fragmentações, com aparência de coesão ou sistema social. De acordo com Thompson (1998), a cultura, sendo produção e produto das relações sociais envolve costumes e produção social simbólica, mas, conexões com a moral, a economia e a política, a faz manipulada cotidianamente pelas pessoas em termos de disputas, ambivalências e contradições.

identidades” os processos reflexivos da modernidade tardia e seus efeitos nas práticas e sentidos que constituem demandas associadas a múltiplas dimensões de identidade, formando grupos de mobilização política pautados em distintos marcadores sociais da diferença, com uma nova e difusa dinâmica de movimentos e enfrentamentos sociais. Ou seja, dispersam-se os conflitos sociais baseados nas identificações de classe da modernidade clássica e emergem as ‘políticas de identidade’ que produzem, segundo Hall (2002), “uma identidade para cada movimento” (p. 45), tais como os de gênero, de etnia-raça e de sexualidade, dentre outras categorias.

Em comparação à identidade existencial, a identidade política delimita de forma mais radical as práticas de saber-poder-fazer-falar a partir da identificação direta e delimitada pelo *status* de pertencimento a grupos definidos por marcadores da diferença ou condições mediadoras específicas. Assim, pela acentuação estratégica de determinado(s) traço(s), com vistas à integração, emergem os atores centrais de cada movimento político-identitário, sobre os quais se pressupõe maior legitimidade para as práticas acerca das questões de interesse do respectivo grupo (CURIEL, 2002; HALL, 2002; RAHMEIER, 2007; RIBEIRO, 2017; SPIVAK, 2010). Outro ponto importante a considerar é que a identidade política, muitas vezes e sobretudo na modernidade tardia, implica o processo ativo de “tornar-se”, conforme enuncia (SOUZA, 1983), que inclui tanto a identificação como pertencente a um grupo geralmente marcado por opressão e subalternidade contra as quais se deve lutar – sentido negativo; como o resgate e conscientização de valores próprios encobertos por processos históricos de rejeição e autorrejeição – sentido positivo. Daí a importância conferida à afirmação de traços ou dimensões identitárias, tanto para reaver e se apropriar de valores estéticos, culturais e ancestrais, como para operacionalizar a luta política por redistribuição material e reconhecimento intersubjetivo, com reparação social, inclusão e equidade em direitos, alinhados aos marcadores da diferença (BUTLER, 1999; FRASER, 2006; SOUZA, 1983).

Dada a caracterização de alguns aspectos fundamentais da identidade política em seus processos de formação entre a modernidade clássica e a modernidade tardia, cabe

Ciência social pública e poder no Brasil: um ensaio teórico-prático – André Luís Pereira Guimarães – p. 146-179

ainda apontar alguns elementos que permeiam as práticas correntes do campo político formal e ordinário, onde as identidades políticas se expressam e atuam em disputas com vistas a produzir capital político para a satisfação de demandas, causas e interesses. Nesse caminho, primeiramente, vem a propósito destacar que, no campo político ordinário, são táticas a redução e inflação da identidade a aspectos simbólicos e discursivos específicos, a bandeira em punho, o adereço estereotipado, as palavras de ordem, os jargões conceituais, a retórica e a desconstrução de imagem do oponente a partir de contradições materiais ou imaginárias. Todos esses elementos de conduta estratégica têm *status* de legitimidade, pertinência e consequência, amparado na historicidade das práticas correntes das arenas políticas formais do Ocidente. Tais práticas encontram respaldo em teorias políticas ocidentais, que pressupõem, por exemplo, a primazia da chamada “ética da responsabilidade” – para a qual os fins justificam os meios de atuação política, independentemente de possíveis ônus por descrédito moral ou intelectual; em desfavor da “ética da convicção” – para a qual a fidelidade a determinados princípios devem orientar a atuação, independentemente de possíveis ônus políticos ou materiais (BOBBIO, 1997).

As lutas sociais baseadas em identidades políticas e decoloniais têm tido inequívocos efeitos positivos para o progresso das relações humanas na contemporaneidade, com a sua atuação reflexiva com a academia, legítima e conseqüentemente ocupada por atores originários dessas lutas, repercutindo em processos de redistribuição e reconhecimento, ampliação e efetivação dos direitos para grupos minoritários (GIANNOTTI, 2007; FRASER, 2006). Não obstante, serve considerar aqui, à luz da ética e das relações de poder, os possíveis perigos aos quais a pessoa intelectual acadêmica das ciências sociais e humanas pode sujeitar a si mesma, e aos seus públicos, por seus modos de atuar frente à encruzilhada das identidades, sobretudo em sendo essa atuação atravessada por lógicas capilares das relações modernotardias.

Para tanto, convém trazer a conceituação de **identidade intelectual** seguindo o delineamento proposto por Facchinetti (2014), que tem por base a formação da pessoa que se dedica ao estudo científico de questões de interesse social e humano. Nesse sentido, evoca-se de partida a percepção de mundo, que implica primordialmente

Ciência social pública e poder no Brasil: um ensaio teórico-prático – André Luís Pereira Guimarães – p. 146-179

condições mediadoras e/ou escolhas que devem atuar sobre o fazer científico, na produção e objetivação do conhecimento, quais sejam: I) **a ontológica** – condizente à constituição sociocosmológica do ser que se dispõe à busca do conhecimento, que reflete em seus modos de perceber, de observar e de manifestar o desejo de conhecer; II) **a epistemológica** – referente aos princípios orientadores e processos da produção do conhecimento e às dimensões do objeto a que o intelectual pode ou deve conhecer; e III) **a metodológica** – abrangente às técnicas, instrumentos e estratégias através dos quais o intelectual pretende conhecer (FACCHINETTI, 2014).

Eis que, se a noção de identidade existencial, por sua amplitude, permite o desdobramento de dimensões identitárias outras a partir do enfoque em condições mediadoras específicas, os diversos aspectos históricos da existência tendem a se refletir de modo mais forte na identidade intelectual do que na política, quando se evoca a ontologia, com as percepções e identificações mais amplas e gerais do ser-existencial constituindo os modos de atuar do ser-intelectual. O grande potencial da consciência desse reflexo existencial na constituição da intelectualidade é que ela propicia que a formação da identidade intelectual também possa ser um exercício de “tornar-se”, porém, mais abrangente, mais autocrítico, mais fluido, precário, aberto e inacabado, em seu poder-ser no mundo e com os outros (HEIDEGGER, 1997; LATOUR, 2010; SANTOS, 1997a; SOUZA, 1983). Ou seja, um exercício mais reflexivo e menos afirmativo e, por assim dizer, mais afetivo-intelectual e menos afetivo-político.

A consciência da ponte existência-intelectualidade, da qual a política também é parte, serve como uma boa base para os múltiplos exercícios de reflexividade aos quais o intelectual é convocado a cada novo encontro com ideias e informações capazes de estremecer suas convicções (GUIMARÃES, 2018). Guimarães (2018, p. 18) sugere que “o histórico de militância acerca de uma causa tende a cristalizar alguns conceitos e posicionamentos” do intelectual. Assim, ressalta a importância do exercício de reflexividade como uma autoanálise baseada na história de vida da pessoa, que se faz “ator-pesquisador-autor”, ante a aproximação com questões de interesse, as condições e as escolhas que mediam sua identidade intelectual, sempre à luz das novas informações e

Ciência social pública e poder no Brasil: um ensaio teórico-prático – André Luís Pereira Guimarães – p. 146-179

das múltiplas versões de realidade que se apresentam acerca do objeto (GUIMARÃES, 2018). Conforme já dito, sendo parte constituinte da existência e dela desdobrada de modo ativo, a identidade política da pessoa atravessará a sua identidade intelectual. Portanto, cabe retornar neste ponto à questão do espaço para pensar o campo formal ou primaz de exercício da intelectualidade, bem como aos princípios da prática intelectual com seus elementos constitutivos.

Assim sendo, os espaços formalmente estabelecidos de exercício da intelectualidade e especialmente as arenas públicas das ciências sociais e humanas, pressupõem práticas permeadas pela formação de ideias e análises aprofundadas para a interpretação das realidades em bases epistêmico-metodológicas, por abertura ao contraditório e por disputas impessoais; tudo balizado pela responsabilidade ética (BOBBIO, 1997; SANTOS, 1997a; SANTOS, 1997b). Logo, as identidades intelectuais se expressam e atuam com vistas ao debate e refinamento de percepções, à produção continuada de saberes e ao progresso das relações e da vida coletiva. Diante do exposto, surge outra possível controvérsia para o intelectual público das ciências sociais e humanas, que se refere especialmente à tomada de consciência de suas dimensões identitárias e à capacidade de as distinguir, separar e opor. Trata-se, portanto, da habilidade de disjuntar relativamente as identidades política e intelectual a partir das arenas formais em que cada uma seja proeminente, mas também de fazê-las se comunicarem entre si, sem operar redução (MORIN, 2002).

Quanto à especificidade da arena, ela não se estabelece apenas pelo público, mas também e principalmente pelo anúncio do ato e pela apresentação do ator. Isto é, em qualquer espaço e diante de qualquer público, não convém se apresentar o ator enquanto intelectual ou cientista se irá privilegiar práticas afirmativas próprias do campo político ordinário. Da mesma forma, não serve ao ator se apresentar como político-identitário e priorizar as práticas reflexivas próprias do campo intelectual. Se feito assim, o ator trairá a si mesmo; ao grupo da dimensão identitária anunciada – seja o intelectual ou o político; e ao público efetivo da arena – que pode pouco ter a ver com uma dimensão identitária comunicada, mas que precisará assimilar o ato pela coerência e integridade do ator

Ciência social pública e poder no Brasil: um ensaio teórico-prático – André Luís Pereira Guimarães – p. 146-179

anunciado. À pessoa-intelectual que se apresenta em nome da ciência, e que também expressa a sua identidade política, cabe a capacidade de se dispor a tensionamentos e ao contraditório. Essa há de ser uma força propulsora à produção do saber, para a qual se faz caro o movimento dialético entre teses, antíteses e sínteses (HEGEL, 1998).

Aqui, então, abre-se espaço à discussão de questões circunscritas a outro recorte de cena: as confusões, sejam intencionais ou involuntárias, entre a abertura pública e as difusões mercadológicas das produções em ciências sociais e humanas.

LIMINARIDADES ENTRE O PÚBLICO E O PARTICULAR MERCADOLÓGICO

Ser intelectual hoje, na fase de globalização [ou na modernidade tardia], encontra dificuldades oferecidas pela própria definição do que, atualmente, é conhecimento. Neste momento da história e do mundo, o papel do conhecimento como força produtiva direta acaba por atrapalhar o papel do intelectual, o ameaçado todos os dias de corrupção. O intelectual deve se premunir contra os riscos de instrumentalização de seu trabalho. Essa instrumentalização se dá pelo mercado, pela militância, pela política, pelo público, pela mídia, pela carreira. O mercado impõe lógicas externas à pessoa humana, mas que aparecem como premissas do trabalho feito na academia, levando ao arrastão dos interesses menores. A prisão dos *slogans* e das palavras de ordem é o risco da instrumentalização pela militância, e a centralidade dos resultados e o império dos meios fazem o mesmo, no concernente à política. Mas há, também, a instrumentalização pelo público, através da busca do aplauso, o medo de ficar na penumbra e de se encontrar isolado. O intelectual que produz manchetes, aquele que quer a todo custo ser fácil, o que deseja ser visto, como um artista de *vaudeville*, e não ouvido no que tem a dizer é a presa da instrumentalização pela mídia (SANTOS, 1997a, p. 19).

A citação que abre este tópico já enuncia algumas das diversas direções pelas quais o fazer intelectual e científico pode ser corrompido a partir das lógicas sistêmicas da vida social mercantilista na modernidade tardia, que tendem a compor também o *habitus* acadêmico. Ao trazer a noção de conhecimento como força produtiva direta, Santos (1997a) traduz o fazer intelectual contemporâneo como algo que combina a força do trabalho humano (nesse caso, o intelectual), com os meios de trabalho (técnicas,

Ciência social pública e poder no Brasil: um ensaio teórico-prático – André Luís Pereira Guimarães – p. 146-179

instrumentos e estratégias) e o objeto de trabalho (temas e questões de interesse), de modo a gerar produtos a serem consumidos e utilizados pelo(s) público(s). Partindo desse ponto, é possível cotejar as relações indicadas por Santos (1997a) com o pensamento de alguns outros autores que versam as influências do capitalismo nas relações sociais modernas e modernotardias.

Ainda no ano de 1967, o filósofo e cineasta francês Guy Debord interpretou a partir do seu pensamento crítico, em “A Sociedade do Espetáculo”, a lógica que já dominava e se expandia na produção da vida moderna ocidental, com a organicidade da existência humana dando lugar a representações imagéticas fragmentadas em aparências de ser. Conforme enuncia Debord (1967), as condições modernas de produção geraram o efeito de uma vasta acumulação de espetáculos como instrumento das relações humanas, fazendo dissipar em representações fragmentárias a vida que antes era ampla e diretamente vivenciada. Assim, realidades parciais do mundo e da vida cotidiana, projetadas em imagens artificiais, passaram a refletir pseudounidades autônomas e inorgânicas, objetos de mera apreciação (DEBORD, 1967).

O espetáculo é ao mesmo tempo parte da sociedade, a própria sociedade e seu instrumento de unificação. Enquanto parte da sociedade, o espetáculo concentra todo o olhar e toda a consciência. Por ser algo separado, ele é o foco do olhar iludido e da falsa consciência; a unificação que realiza não é outra coisa senão a linguagem oficial da separação generalizada. [...] O espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediatizada por imagens (DEBORD, 1967 p. 8).

Quarenta anos mais tarde, em 2007, o sociólogo polonês Zygmunt Bauman lançou uma análise da complexificação crescente da lógica de produção da vida na modernidade tardia, ainda mediatizada por imagens, porém de modo mais sofisticado e fragmentado, com o advento das redes sociais digitais e a espetacularização de cenas da vida privada das pessoas. Com “Vida para Consumo”, Bauman (2008) interpreta a lógica de consumo expressa na (re)produção de imagens com estéticas e comportamentos publicamente aceitáveis, atraentes e desejáveis; isto é, com as pessoas se transformando em mercadorias

Ciência social pública e poder no Brasil: um ensaio teórico-prático – André Luís Pereira Guimarães – p. 146-179

numa “sociedade de consumidores”. Para Bauman (2008), as pessoas passaram a produzir e promover a si mesmas como mercadorias a partir da representação dos bens, serviços e estilos de vida que consomem. Desse modo, as subjetividades precisariam ser constantemente atualizadas com base nas expectativas do mercado, ou seja, em atuações imagéticas que reflitam na pessoa as características necessárias a uma mercadoria desejável (BAUMAN, 2008).

Já a socióloga marroquina Eva Illouz, em “*Emotions as Commodities*” (2019), corrobora e aprofunda os enunciados de Debord (1967) e de Bauman (2007) ao analisar a dimensão emocional das relações de produção e consumo na modernidade tardia – também passível de observação em processos de extrapolação do exercício da intelectualidade e da ciência pública para o particular mercadológico. Segundo Illouz (2019), com a complexificação do capitalismo modernotardio, o eu (*self*) tem se tornado cada vez mais alvo da produção e consumo de mercadorias e o *locus* de atuação performativa das ideologias e das lógicas capitalistas em modos de pensar, agir e sentir.

O capitalismo e suas relações são dotadas de algumas lógicas: a da mercantilização – transformar objetos e atividades em mercadorias vendáveis; a do *marketing* – definir quais mercadorias vender para quem e como; a da publicidade – divulgar as mercadorias com ênfase em suas especificidades; a da marca – atribuir uma identidade imagética singular às mercadorias; a da quantificação – introduzir métricas para tornar a produção e o consumo mais eficientes; a da padronização – produzir mercadorias seguindo moldes e padrões industriais; e a da obsolescência e inovação – promover artificialmente o desuso de certas mercadorias para produzir outras novas (ILLOUZ, 2019). Mas, Illouz (2019) compreende essas múltiplas lógicas como sendo crescentemente atravessadas por um aspecto chave no capitalismo modernotardio: a emocionalização das relações de produção e consumo, que implica a entrega planejada de sensações afetivas impregnadas em bens e serviços – processo que também pode ser tomado por efeitos (pseudo)terapêuticos (ILLOUZ, 2010).

Os trabalhos de Debord (1967), de Bauman (2008) e de Illouz (2019), refletidos sobre a crítica de Santos (1997a), permitem entrever lógicas capilares do capitalismo

Ciência social pública e poder no Brasil: um ensaio teórico-prático – André Luís Pereira Guimarães – p. 146-179

neoliberal modernotardio na conjectura de um temerário processo de mercantilização da produção acadêmica, quando se degenera o exercício da intelectualidade pública em algo particular mercadológico. Bauman (2008) chega a supor que qualquer acadêmico inscrito para uma vaga de trabalho docente teria dificuldades em se produzir e se apresentar enquanto mercadoria. No entanto, no Brasil, Santos (1997a) já alertava para a absorção das lógicas mercantilistas pela academia para além de candidaturas à carreira docente, ou seja, como premissas no trabalho acadêmico efetivo, através de diversos modos de instrumentalização da produção e divulgação do conhecimento para o(s) público(s).

Nesse sentido, Martins (2019) vem acrescentar outra crítica pertinente e que desfruta de bastante materialidade para pensar a constituição de atravessamentos do público para o particular mercadológico no exercício da intelectualidade acadêmica:

O que acho que houve [no Brasil] a partir de 1964 [ano do golpe civil-militar que promoveu o exílio de muitos acadêmicos, entre outros] foi que as pessoas perderam a perspectiva da precedência do método, as ciências sociais e a sociologia se expandiram pelo Brasil e se passou a fazer sociologia imaginando que, usando conceitos, se faz ciência. A ciência não é feita de conceitos. Conceitos são muletas que usamos para ir demarcando o terreno da análise. Mas a questão central é a do método, do método lógico, do método de explicação [ou de descrição] conectado com o método de investigação. O conceito resulta disso e não isso resulta do conceito (MARTINS, 2019).

A questão apontada por Martins (2019) ajuda a pensar os potenciais perigos do uso centralizado e simplista de conceitos em abordagens carentes de método, análise e interpretação acerca de questões de interesse das ciências sociais e humanas, como modo de produzir trabalhos “vendáveis” para públicos específicos, em geral ideológicos ou identitários, também promovendo autores como mercadorias. Associe-se essa situação àquelas questões discutidas nos tópicos anteriores, a saber, os problemas éticos no exercício do poder ideológico pelo intelectual quando fins passam a justificar os meios, a necessidade de comunicação e disjunção relativa das identidades intelectual e política e a tendência perniciosa ao fechamento de grupos impermeáveis ao debate crítico, agravada pela sombra do politicamente correto e pelas lógicas neoliberais.

Ciência social pública e poder no Brasil: um ensaio teórico-prático – André Luís Pereira Guimarães – p. 146-179

Tem-se traçado, então, um complexo ambiente no qual práticas e sentidos produzidos no meio acadêmico, suscetíveis às lógicas sistêmicas das relações modernotardias, podem vir a gerar produtos de cunho particular mercadológico travestidos de ciência social pública. A inversão do lugar dos conceitos em desfavor do método e da análise, conforme pontua Martins (2019), tende a servir, numa lógica de mercado, como recurso imperioso para as formas de instrumentalização do trabalho intelectual acadêmico indicadas por Santos (1997a). Pois, é a partir de conceitos, sempre carregados de ideologia, que se produzem *slogans* e palavras de ordem para as militâncias, conferindo centralidade a resultados políticos e, conseqüentemente, propiciando aplausos de um público específico, dentre outras possíveis recompensas para o autor acadêmico. Não que resultados políticos importantes e necessários, ou o reconhecimento público de uma produção acadêmico-científica, não seja também possível a partir de uma prática intelectual ética, (auto)crítica, metódica e responsável, conforme é possível perceber na pós-vida pública de diversos trabalhos das ciências sociais e humanas. O problema estará sempre na arriscada facilidade de o intelectual orientar seu trabalho pelas práticas do campo político ordinário, com a centralidade dos fins e o império dos meios, regido pelas lógicas do capitalismo modernotardio (BOBBIO, 1997; SANTOS, 1997a; ILLOUZ, 2019).

A situação tende a se agravar especialmente nas arenas das redes sociais digitais, recurso que passa a ter utilização crescente por atores acadêmicos das ciências sociais e humanas para o exercício da intelectualidade pública no Brasil – uns de maneira bastante responsável, outros nem tanto. Assim, o uso irresponsável de redes sociais digitais para o suposto exercício da intelectualidade pública pode articular alguns aspectos anteriormente abordados: a) a premissa da lógica mercantil no desenvolvimento das publicações; b) a (re)produção de conceitos panfletários facilmente convertidos em *slogans* e palavras de ordem, condicionados para determinado público, em geral de militância; c) o fechamento desse público específico em grupos de seguidores com a exclusão do contraditório em interações e debates e a desqualificação de pessoas com ideias divergentes; d) a busca por *likes* (aplausos digitais) de seguidores e até mesmo por

Ciência social pública e poder no Brasil: um ensaio teórico-prático – André Luís Pereira Guimarães – p. 146-179

monetização (processo que converte número de interações em lucro financeiro associado à veiculação de anúncios publicitários pela plataforma digital junto aos conteúdos). Portanto, ante tais circunstâncias, importa a atenção à honestidade intelectual e às responsabilidades implícitas ao ato de propagar conceitos panfletários ou receitas comportamentais como produtos pretensamente acabados, sobretudo em se considerando os públicos com maior vulnerabilidade psicossocial – difíceis de distinguir em ambientes virtuais.

Apreciando as críticas de Santos (1997a) e Martins (2019) à luz de Debord (1967) é possível supor que ao se oferecer conhecimentos com *status* acadêmico-científico, numa lógica mercantilista, como mercadoria, entrega-se também para o público recortes imagético-discursivos com aparência de ser/verdade. Seguindo ao enunciado por Bauman (2007), esses produtos tendem a ser consumidos de modo a promover identificações fragmentárias e/ou essencialistas na produção do eu como pessoa-mercadoria. Avançando na análise, com base em Illouz (2019), é possível prever que, em termos de emoções, tendem a circular nessas transações, quando efetivas, sensações superficiais de conforto e alento ou até mesmo de ódio contra inimigos personificados ou classificados a partir dos conceitos propagados. Consequentemente, para o ator-produtor-autor do conhecimento consumido, o retorno pode chegar não somente em forma de aplausos e/ou recompensas materiais, mas também em forma de gratidão reconfortante, pela ocasião de ter entregue o produto imagético-discursivo que o consumidor julgou importante e necessário para produzir a si mesmo e as suas relações.

É provável que diante da extensão das lógicas correntes nas relações modernotardias, conforme discutidas neste tópico, todo e qualquer intelectual acadêmico e seus trabalhos sejam tomados em alguma medida como mercadorias. Ergue-se, então, a mais complexa controvérsia desta discussão, que abarca as questões dos tópicos anteriores e se sintetiza no desafio de romper com certas lógicas na produção e divulgação do conhecimento acadêmico-científico, de modo que, sendo inevitavelmente tomado como artigo de consumo, possa atuar na prática como uma antimercadoria. Assim, é importante que as ciências sociais e humanas sigam na consolidação de uma práxis

Ciência social pública e poder no Brasil: um ensaio teórico-prático – André Luís Pereira Guimarães – p. 146-179

metodológica que, desde os processos da pesquisa até a pós-vida pública de seus produtos, valorize as contradições, as incertezas, as ambivalências, as socialidades e materialidades diversas, as múltiplas versões da realidade. Isto é, uma práxis que seja capaz de orientar a caminhos opostos aos que levam um trabalho intelectual a se tornar mercadoria, vendável para públicos específicos, padronizado, quantificado, (pseudo)inovador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À luz de bases teóricas, conceituais e analíticas que versam o fazer intelectual, as relações de poder, as identidades e as peculiaridades das relações modernotardias, sem a pretensão de esgotar o tema, este ensaio propôs uma discussão teórico-prática acerca da noção de ciência social pública com ênfase no Brasil. Foram, então, levantadas quatro controvérsias possíveis de serem performadas na atuação do intelectual acadêmico das ciências sociais e humanas brasileiras.

A primeira controvérsia, ligada ao exercício ético do poder ideológico, diz respeito às respostas que o intelectual sempre deverá aos públicos acerca dos seus trabalhos, podendo inclinar-se ao enfrentamento apropriado de debates críticos ou a estratégias de esQUIVA defensiva, análogas às do campo político ordinário nos parâmetros ocidentais. A segunda, relacionada à sombra do politicamente correto e das lógicas neoliberais presentes no âmbito acadêmico atual, expõe a relativa dificuldade e a necessidade de superação de práticas limitadoras da produção de conhecimento, seja nos círculos institucionais da universidade ou nas arenas da intelectualidade pública. O terceiro ponto de controvérsia, vinculado às questões de identificação, refere-se à capacidade de a pessoa atuante nas ciências sociais e humanas disjuntar relativamente suas identidades intelectual e política a partir das arenas formais em que cada uma seja proeminente, mas também de fazê-las se comunicarem entre si, sem operar redução. Por fim, a quarta controvérsia, associada às anteriores e aos limites entre o público e o particular mercadológico no exercício da intelectualidade, trata do desafio de superação das lógicas mercantilistas na produção e divulgação do conhecimento acadêmico das

Ciência social pública e poder no Brasil: um ensaio teórico-prático – André Luís Pereira Guimarães – p. 146-179

ciências sociais e humanas, de sorte que tais conhecimentos possam produzir efeitos desmercantilistas.

A academia é um espaço de criação, acolhimento, discussão, aplicação e difusão de ideologias a partir das práticas intelectuais de produção do conhecimento; é uma zona de exercício de saber-poder e, por assim dizer, um espaço de atuação política no sentido *lato*, própria do intelectual: aberta, crítico-reflexiva, argumentativa, na qual princípios devem orientar meios em práticas para fins de melhoramento da vida e das relações. Assim sendo, difere-se em caráter dos espaços de atuação do político no sentido *stricto*, nos moldes do ocidente, ou seja, fechada, defensiva, facilmente retórica, na qual fins podem justificar meios, em práticas voltadas a campanhas de apoderamento e dominação de grupos ou territórios.

O momento atual de irrevogável excitação dos cânones acadêmicos e das ciências sociais e humanas com a abertura a grupos sociais historicamente apartados da universidade brasileira e de maior envolvimento com a diversidade de movimentos sociais e político-identitários, expressa um importante processo de destradicionalização da academia. Com isso, emerge o alerta sobre a importância de mobilizar recursos e estratégias pedagógicas que possam promover modos de produção e interlocução de saberes capazes de superar as lógicas correntes de individualização, fragmentação e privatização de espaços, bem como os estratagemas políticos de anulação e silenciamento do outro com base no desacordo de ideias ou identidades.

Se há algo primordial à universidade é a atuação sobre a formação da identidade intelectual dos seus membros desde a graduação, sobretudo nas áreas de humanidades e interdisciplinares, de modo a promover processos conscientes de identificação ontológica, epistemológica e metodológica, com livre acesso às diversidades. Conquanto, ainda que possam e devam ser discutidas amplamente as diversas ideologias e seus efeitos práticos sobre a vida humana e ecológica, não seria primazia da universidade atuar diretamente sobre as identificações políticas dos seus afiliados. A conscientização desses limites pode ser uma boa abertura para superar a reprodução em série de essencialismos

Ciência social pública e poder no Brasil: um ensaio teórico-prático – André Luís Pereira Guimarães – p. 146-179

político-identitários que tendem a fragmentar cada vez mais o ambiente acadêmico-intelectual.

Em geral, os essencialismos identitários, fundados como estratégia organizada e legitimada nos campos políticos formais, têm sido absorvidos por grupos acadêmicos, mas, à medida em que se difundem, tendem a se distanciar da lógica originária dissipando o caráter estratégico e preservando os essencialismos. Essencialismos são potencialmente deletérios para a vivacidade do humano em suas múltiplas relações e atividades, para além das acadêmico-intelectuais, pois tendem a fragmentar e reduzir, com efeitos diversos, não somente os debates e a produção dos saberes, mas também as existências individuais e coletivas.

É possível que a universidade e as ciências sociais e humanas brasileiras se desenvolvam melhor, juntamente com as potencialidades dos seus intelectuais, na medida em que estejam mais atentas às lógicas capilares das relações modernotardias que, com cada vez maior complexidade, se entranham nos processos de formação acadêmica e de exercício da intelectualidade pública. A discussão aqui iniciada, constituindo versões circunstanciais da realidade, buscou sinalizar alguns aspectos considerados importantes para (re)tomar a crítica de dentro para fora da academia e das ciências sociais e humanas como combustível para o seu fortalecimento, renovação e sustentabilidade. Destarte, esta discussão ainda pode e deve se aprofundar no confronto e na interatuação com outras versões de realidade e com os diversos públicos a que alcance, de modo a expandir e diversificar análises e interpretações sobre a ciência social pública e suas relações de poder no Brasil e no mundo.

REFERÊNCIAS

ALLEN, Ansgar. Life without the 'X' factor: meritocracy past and present. **Power and education**, v. 4, n. 1, p. 4-19, 2012.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o Giro Decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 11, p. 89-117, 2013.

Ciência social pública e poder no Brasil: um ensaio teórico-prático – André Luís Pereira Guimarães – p. 146-179

BATARCE, Marcelo Salles. A Tragédia da Esquerda Acadêmica e o Mal-Estar na Universidade Brasileira. **Hipátia**, v. 4, n. 2, p. 189-205, 2019.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para o consumo**: A transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2008.

BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder**: Dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. São Paulo: UNESP, 1997.

BOTH, Agostinho. **Identidade existencial na velhice**: Mediações do Estado e da Universidade. Passo Fundo: Upf Editora, 2000.

BOURDIEU, Pierre. O camponês e seu corpo. **Revista Sociologia Política**, v. 26, p. 83-92, 2006 [1962].

_____. Estruturas, habitus, práticas. In: BOURDIEU, Pierre. **O senso prático**, p.86-107. Petrópolis: Vozes; 2009.

CANDIOTTO, César. A Governamentalidade Política no Pensamento de Foucault. **Filosofia Unisinos**, v. 11, n. 1, p. 33-43, jan./abr. 2010.

DEBORD, Guy. **Sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

ENNES, Marcelo Alario; MARCON, Frank. Das identidades aos processos identitários: repensando conexões entre cultura e poder. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 35, 2014, p. 274-305.

FACCHINETTI, Rosalba. **A identidade intelectual e o poder da palavra**. Tese (Doutorado em Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

FASSIN, Didier. The public afterlife of ethnography. **American Ethnologist**, v. 42, n. 4, p. 592-609, 2015.

_____. Why Ethnography Matters: on anthropology and its publics. **Cultural Anthropology**, v.28, n. 4, p. 621-46, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**, Rio de Janeiro: Edições Graal, 1996.

FRASER, Nancy. La justicia social en la era de la política de la identidad: Redistribución, reconocimiento y participación. In: FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. **¿Redistribución o reconocimiento?** Madrid: Ediciones Morata y Fundación Paideia Galiza, 2006, p. 17-88.

Ciência social pública e poder no Brasil: um ensaio teórico-prático – André Luís Pereira Guimarães – p. 146-179

GIANNOTTI, Vito. **História das lutas dos trabalhadores no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

GIDDENS, Anthony.; BECK, Ulrich.; LASH, Scott. **Modernização reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. Tradução de Magda Lopes. São Paulo, Editora UNESP, 1997.

GRIMM, Flávia Christina Andrade. **Trajetória epistemológica de Milton Santos**: Uma leitura a partir da centralidade da técnica, dos diálogos com a economia política e da cidadania como práxis. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

GROSGOUEL, Ramón; MIGNOLO, Walter. Intervenciones decoloniales: una breve introducción. **Tabula Rasa**, n. 9, p. 29-37, 2008.

GUIMARÃES, André Luís Pereira. **Fios que urdem tecituras**: práticas e sentidos constituindo versões da criança com comportamentos externalizantes. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Saúde Comunitária) – Instituto de Saúde Coletiva - UFBA, Salvador, 2018.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

_____. The Question of Cultural Identity. In: Hall, Stuart; Held, David; McGrew, Anthony, McGrew (Org.). **Modernity and its futures**. Cambridge: Polity Press, 1992, p. 274–316.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Fenomenologia do espírito**. Petrópolis: Vozes, 1998

HUGHES, Geoffrey. **Political correctness**: A history of semantics and culture. New Jersey: Wiley-Blackwell, 2010.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

ILLOUZ, Eva. **Emotions as commodities**: Capitalism, Consumption and Authenticity. Londres: Routledge, 2019.

_____. **La salvación del alma moderna**: Terapia, emociones y la cultura de la autoayuda. Madrid: Katz, 2010.

LOBO, Valéria Marques. Corporativismo à Brasileira: Entre o autoritarismo e a democracia. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 42, n. 2, p. 527-552, 2016.

Ciência social pública e poder no Brasil: um ensaio teórico-prático – André Luís Pereira Guimarães – p. 146-179

LUGLI, Rosario Silvana Genta. O novo público do ensino superior brasileiro e a tradição acadêmica: o caso das humanidades na UNIFESP (Universidade Federal de São Paulo). **Revista Linhas**, v. 15, n. 29, p. 297-316, 2014.

MACHADO, Roberto. Por uma Genealogia do Poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**, p. VII-XXIII. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1996.

MARTINS, José de Souza. Os sociólogos distraídos e a invasão ideológica nas Ciências Sociais. Entrevista Especial com José de Souza Martins. Concedida a Patrícia Fachin. **Instituto Humanitas Unisinos**, 2019. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/592388-os-sociologos-distraidos-e-a-invasao-ideologica-nas-ciencias-sociais-entrevista-especial-com-jose-de-souza-martins>>. Acesso em 02/08/2020.

MORIN, Edgard. **Educação e complexidade**: Os setes saberes e outros ensaios. São Paulo: Cortez, 2002.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber**: Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 117 – 142.

RESTREPO, Eduardo; ROJAS, Axel. **Inflexión decolonial**: Fuentes, conceptos y cuestionamientos. Popayán: Pensar Institute, Editorial Universidad del Cauca, 2010.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SANTOS, Milton. **O intelectual e a universidade estagnada**. Revista ADUSP, n. 11, São Paulo, p. 16-20, 1997a.

_____. **Roda Viva** – Entrevista. São Paulo: TV Cultura, 1997b. Disponível em: <<https://youtu.be/xPfkIR34law>>. Acesso em: 06/08/2020.

SOUZA, Neuza Santos. **Tornar-se negro**: As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010 [1985].

THOMPSON, Eward Palmer. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

WEIGEL, Moira; CONNORS, Matthew. Um Álibi para o Autoritarismo. **Revista Serrote**, v. 29, 2018.

Ciência social pública e poder no Brasil: um ensaio teórico-prático – André Luís Pereira Guimarães – p. 146-179

YOSHINO, Kenji. **Covering**: The Hidden Assault on Our Civil Rights. New York: Random House, 2006.

Recebido em: 04/11/2020 Aprovado em: 12/03/2021
--

Ciência social pública e poder no Brasil: um ensaio teórico-prático – André Luís Pereira Guimarães – p. 146-179

Página 179